



**ENAN  
PUR 2023**  
Belém 22 a 26 de maio



## A TERRA DOS CONDENADOS: UMA LEITURA DA SEGREGAÇÃO RACIAL NO RIO DE JANEIRO NA PREPARAÇÃO PARA OS MEGAEVENTOS.

Jonathan Ferreira Almeida

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR / UFRJ

### Sessão Temática 11: Novas interpretações possíveis para a questão urbana e regional

**Resumo:** Este trabalho se insere no campo dos estudos urbanos para investigar as correlações entre as remoções totais ou parciais que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro ao longo da década de 2010, no decorrer da preparação urbana (e política) para os megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas do Rio (2016), e a segregação racial como ferramenta política ao longo da história urbana do Rio de Janeiro. Esta investigação parte do contexto dos deslocamentos forçados impostos à população negra, ancorada numa compreensão teórica de Estado Moderno sistematicamente racista que incide sobre o território brasileiro. Esse trabalho parte de reflexões da pesquisa de mestrado do autor em fase de desenvolvimento.

*Palavras-chave:* segregação racial; remoções; megaeventos esportivos; Rio de Janeiro

### THE LAND OF THE CONDEMNED: A READING OF RACIAL SEGREGATION IN RIO DE JANEIRO IN THE PREPARATION FOR THE MEGA EVENTS.

**Abstract:** This paper is part of the urban studies to investigate the correlations between the total or partial removals that occurred in the city of Rio de Janeiro throughout the 2010s, during the urban (and political) preparation for mega sporting events, such as the World Cup (2014) and the Rio Olympics (2016), and racial segregation as a political tool throughout the urban history of Rio de Janeiro. This investigation departs from the context of forced displacements imposed on the black population, anchored in a theoretical understanding of the systematically racist Modern State that affects the Brazilian territory. This work is based on reflections on the author's master's research in development.

*Keywords:* racial segregation; removals; sporting mega-events; Rio de Janeiro.

### LA TIERRA DE LOS CONDENADOS: UNA LECTURA DE LA SEGREGACIÓN RACIAL EN RIO DE JANEIRO EN LA PREPARACIÓN DE LOS MEGAEVENTOS.

**Resumen.** Este trabajo se inserta en el campo de los estudios urbanos para investigar las correlaciones entre las mudanzas totales o parciales ocurridas en la ciudad de Río de Janeiro a lo largo de la década de 2010, en el curso de la preparación urbana (y política) para megaeventos deportivos, como la Copa del Mundo (2014) y los Juegos Olímpicos de Río (2016), y la segregación racial como herramienta política a lo largo de la historia urbana de Río de Janeiro. Esta investigación se basa en el contexto del desplazamiento forzado impuesto a la población

*negra, anclado en una comprensión teórica del Estado Moderno sistemáticamente racista que afecta al territorio brasileño. Este trabajo se basa en las reflexiones de la investigación de máster del autor, actualmente en desarrollo.*

*Palabras-clave: segregación racial; remociones; megaeventos deportivos; Rio de Janeiro*

## **Introdução**

Nós, pessoas negras, estamos constantemente sendo deslocadas no espaço. Mudamos de bairro, de município, de estado e, numa escala global – da qual esse texto não pretende dar conta –, também mudamos de país e continente. Deslocamos no espaço ao longo do tempo. Na cidade do Rio de Janeiro, somos constantemente (re)movidas (ou ameaçadas de remoção) de um território para outro geralmente para algumas dezenas de quilômetros distante. “Quanto tempo (de vida) esse deslocamento nos toma?” é uma questão/inquietação importante para este texto.

Estamos condenadas ao deslocamento (diário) forçado, seja nos modais municipais, intermunicipais, e interestaduais, seja ferroviário, rodoviário, peatonal ou ciclovário, motorizados ou elétricos, ativos ou por tração animal, rotas aéreas e - que nunca se esqueçam - das rotas marítimas. Essas mesmas pessoas negras são forçosamente deslocadas porque também são condenadas a servir como mercadoria (vulgo, força de trabalho) no sistema capitalista global. Esta mesma estrutura que as condena a morar ali, as condena a trabalhar, estudar ou acessar equipamentos de saúde e lazer acolá, geralmente dentro de transportes em condições de qualidade ruins, precárias e, inclusive, desumanas – não se esqueçam dos navios.

Esse trabalho se insere no campo dos estudos urbanos para investigar as correlações entre as remoções totais ou parciais que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro ao longo da década de 2010, no decorrer da preparação urbana (e política) para os megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas do Rio (2016), e a segregação racial como ferramenta política ao longo da história urbana do Rio de Janeiro. Esta investigação parte do contexto dos deslocamentos forçados impostos à população negra, ancorada numa compreensão teórica de Estado Moderno sistematicamente racista que incide sobre o território brasileiro como um território colonializado.

Durante esse período de preparação, o planejamento urbano da cidade voltado para receber os megaeventos esportivos movimentou uma série de remoções sob o discurso de um planejamento estratégico. As obras e reformas urbanas motivadas por esses discursos nos movimentou pela cidade, mas não de maneira arbitrária. Ocupamos em massa as periferias da cidade em diferentes escalas, considerando as múltiplas centralidades inseridas nela. Esses deslocamentos modificam substancialmente a vida cotidiana dessas pessoas, normalmente condenadas a passar mais horas em transportes públicos e a ter menos qualidade de infraestrutura urbana.

Por fim, peço licença a todas as pessoas negras que moram no Rio de Janeiro. Nesse trabalho, estou a todo tempo falando sobre nós, pessoas negras dessa cidade, e de outros cantos do Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), como da Baixada Fluminense. Dentro desse grupo, peço licença especialmente a todas aquelas e aqueles que foram condenadas a se deslocar, por remoções diretas ou indiretas, deslocamentos forçados através de outras ferramentas

---

políticas - como os programas de habitação social que principalmente na década de 2010 no Rio de Janeiro, foram majoritariamente implementados na Área de Planejamento 5 (AP5) -, nos conduzindo a territórios esvaziados de infraestrutura urbana qualificada.

### **1. Raça como difusor do mundo compartimentado em dois.**

Frantz Fanon (2022, p. 33), num contexto colonial global, afirma que o mundo colonializado é um mundo compartimentado, subdividido em duas grandes zonas que se opõem: uma habitada pelo colonizado não-branco e a outra habitada pelos colonos brancos e estrangeiros. Um mundo fragmentado habitado por “espécies” diferentes. Isso se reflete na qualidade da infraestrutura econômica, urbana e social desses “dois mundos”:

A cidade do colono é uma cidade de material resistente, toda de pedra e de ferro. É uma cidade iluminada, asfaltada (...). A cidade do colono é uma cidade farta, indolente, sua barriga está permanentemente repleta de coisas boas. A cidade do colono é uma cidade de brancos, de estrangeiros. (...) A cidade do colonizado é uma cidade acocorada, uma cidade ajoelhada, uma cidade estendida no chão. É uma cidade de pretos (...) [FANON, 2022, p.35-36]

Essa compartimentação ou subdivisão do mundo em dois se manifesta nos desenhos urbanos das cidades brasileiras. A segregação a partir da clivagem racial, negligenciada por alguns teóricos urbanos principalmente até o século 20, se apresenta aqui como ferramenta principal da separação do território, afinal “quando se apreende o contexto colonial em seu imediatismo, fica patente que o que divide o mundo é antes de mais nada o fato de pertencer a tal espécie, a tal raça” (FANON, 2022, p. 36). Nesse sentido, Fanon analisa a violência como ferramenta que mantém esta oposição, principalmente através do trabalho das forças de segurança pública, mas também através de artifícios morais, religiosos ou éticos, em geral, “formas estéticas do respeito pela ordem estabelecida” (p. 34).

No cenário brasileiro, Lélia Gonzalez (1982) descreve, em linhas gerais e em comparações práticas, a diferenciação das condições habitacionais entre brancos e negros no Brasil, sublinhando com nitidez uma divisão racial do espaço sistêmica e historicamente presente na sociedade brasileira, constituída sob um racismo estrutural anti-negro, não apenas derivado do período de escravização (embora fundamental para a consolidação do sistema mercantil e sobretudo capitalista), mas tendo a raça como ferramenta de marginalização (social, econômica, política, cultural e espacial).

(...) o lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento: desde os antigos feitores, capitães do mato, capangas, etc., até a polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado, aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido sempre o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: das senzalas às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos habitacionais (cujo modelo são os guetos dos países subdesenvolvidos) dos dias de hoje, o critério também tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (GONZALEZ, 1982, p.15).

Mais especificamente, sobre o cenário urbano do Rio de Janeiro e o contexto político global no fim do século 19, p. ex., Muniz Sodré observa que

Como o afastamento de escravos e ex-escravos afigurava-se fundamental a uma sociedade que, no final do século XIX, sonhava em romper social, econômica e ideologicamente com as formas de organização herdadas da Colônia - e que já excluía o negro dos privilégios da cidadania -, intensificaram as regras de segregação territorial, tradicionais na organização dos espaços brasileiros. A Abolição - vinda de cima para baixo, sem reforma agrária nem indenização aos negros – deixou intocado esse aspecto do Poder (SODRÉ, 2019, p. 49)

A ideia de um território compartimentado continua impregnada na estratégia de ocupação da colônia mesmo depois da chamada Abolição. A pessoa negra segue condenada aos deslocamentos forçados, isso porque, no sistema colonial, a terra pertence aos colonos. Esses deslocamentos, ocorrendo em diferentes momentos da evolução urbana do Rio de Janeiro e resultam numa cidade grafada por diferentes experiências de segregação racial. O desenho racialmente segregado resultante desse território é, então, complexificado ao longo do tempo.

Desse modo, podemos compreender a segregação racial a partir de duas lentes de análise: a segregação enquanto resultado, ou seja, a populacional a partir da raça distribuída nos diferentes territórios no mapa da cidade; e a segregação enquanto um processo, ou seja, uma ferramenta da estruturação urbana brasileira que, em diferentes momentos, se reafirma como *modus operandi*, seja através de remoções forçadas ou programas de habitação social, p. ex., deslocando as pessoas negras para regiões específicas da cidade.

Dialogando com Denise Ferreira da Silva (2014) em texto que relaciona racialidade, direito e violência, a autora questiona

Onde fica aquele lugar onde o que não deveria ‘acontecer a ninguém’ acontece todo dia? Por que é que, em tantos lugares encontrados em todo canto do espaço global, tantos seres humanos se deparam com aquilo que ‘ninguém merece’? (SILVA, 2014, p. 69)

Para a autora, a clivagem desses espaços e a diferença resultante entre eles são determinadas a partir da racialidade ou racialização, na estrutura da sociedade moderna. Nesse sentido, territórios ocupados majoritariamente por pessoas negras (pretas e pardas) são expostos a violências políticas, quando ocupadas por agentes militares ou quando removidas, também através de agentes do Estado.

As táticas de aplicação da lei nessas ocupações vão além do patrulhamento ostensivo das ruas; incluem tiros de helicópteros em voos rasantes, carros blindados e armas automáticas. Embora o governo ofereça a essas regiões serviços sociais básicos, como saúde e educação, a presença do Estado se torna mais evidente nessas ações militares, que se tornaram o principal modo de governança dos territórios habitados pelas populações negra e parda economicamente expropriadas da cidade. (SILVA, 2014, p. 69)

Essas ferramentas políticas mobilizadas pelo Estado são sustentadas por discursos que escamoteiam as ações “que não deveria acontecer em lugar algum” ou com “pessoa alguma” para o campo da legitimidade e legalidade quando estão sob territórios e corpos marcados pelo símbolo da violência e do risco. Outro exemplo disso no território do Rio de Janeiro são as reformas urbanas do início do século 20 sob discursos de higiene e branqueamento.

Na ocupação paulatina do Rio de Janeiro, sobrou para os negros o pior, ou seja, a periferia insalubre e os morros (Favela, Santo Antônio, Providência e outros), nos quais eram péssimas as condições de vida. Tal foi o *nomos* originário e também progressivo do território carioca. De fato, depois das reformas urbanas

no início do século XX e na expansão da cidade para os subúrbios (Zona Norte), tocaram ao negro as partes mais inóspitas, contidas na região de Manguinhos, Benfica ou, de modo, geral a zona hoje compreendida entre os ramais ferroviários da Leopoldina e a Avenida Brasil, onde se gerou a grande Favela do Jacarezinho. (SODRÉ, 2019, p. 42)

Abdias Nascimento (2016, p. 84) analisa o processo da miscigenação da população brasileira dentro de um contexto de projeto de branqueamento da nação, enquadrando-o como um processo de genocídio através fundamentalmente da violência sexual sobre as mulheres negras. Esse projeto de branqueamento conta inclusive com “a orientação predominantemente racista da política imigratória (...)” (p. 85). Nessa mesma esteira, durante o período da política de imigração europeia, aparatos legais que partiam do Estado procuravam impedir a imigração de não-brancos no Brasil, principalmente africanos e asiáticos, em função da tentativa de consolidação e preservação da raça branca. Para Abdias, esses fatores elucidam a ideia do branqueamento não como um evento ocasional, mas sim um projeto de exposição da população negra brasileira à “agentes de destruição” (p. 88), inclusive no território, e à ausência de recursos para a manutenção da vida.

A entrada de imigrantes europeus no país, que, segundo Sodré (2019), conta-se com mais de 1 milhão de pessoas entre os anos de 1891 e 1900, desloca para o território uma concorrência estrangeira para o mercado de trabalho. Com isso, o acesso de pessoas negras egressas do trabalho escravizado às vagas de emprego na indústria e no comércio se afunilam, uma vez que fazia parte do projeto embranquecer o padrão urbano da população brasileira. Esse processo gerou um cenário de desigualdade racial no interior das classes operárias (micro escalar), p. ex.

Em Bangu, região obreira, distinguiram-se os espaços: de um lado, a vila operária (os retratos de operários da época não mostram um negro sequer), do outro as comunidades negras, que viviam dos resíduos econômicos da atividade proletária. E no cerne da mais pobre condição operária, discriminava-se também o elemento negro. [SODRÉ, 2019, p. 44]

Abdias Nascimento nomeia de “genocídio” (2016) o agrupamento dessas táticas violentas de branqueamento da população brasileira. Esse processo se espacializa pela cidade ao longo do tempo e é acionada em diferentes momentos históricos. O resultado é de um território fragmentado, onde as pessoas negras ocupam zonas específicas da cidade. Essa ocupação é geralmente orientada pelo poder público sob uma sorte de discursos que evidenciam a insegurança do direito à moradia e à vida plena da população negra. A democracia racial, fortemente criticada por Abdias Nascimento (2016) e outros autores e autoras fundamentais para o pensamento social brasileiro, funciona como uma importante camada social e política para escamotear a principal linha que “compartimenta o mundo”: o racismo colonial global.

Com isso, algumas inquietações e questionamento surgem para a continuidade desse trabalho: Como esse “genocídio” é espacializado no território através do planejamento urbano? As remoções para os megaeventos compõem um capítulo desse plano de branqueamento aparentemente ainda em curso?

## **2. Mapa racial do Rio de Janeiro: expansão (ou fragmentação) da relação centro-periferia**

---

Assim como grande parte das reformas urbanas ao longo da história da cidade do Rio de Janeiro através de uma modernização com forte referência europeia, o projeto do Porto Maravilha e os demais projetos para o Rio Olímpico partem de uma ideia de planejamento excludente e racialmente desigual, não somente em termos econômicos, mas estruturalmente cultural, territorial e simbólico.

Um marco temporal importante no processo de segregação no Rio de Janeiro é destacado pelos autores Oliveira e Oliveira (2015) na análise da segregação racial anti-negra a partir de uma chave de leitura histórica que percorre entre os anos de 1890 e 1930. Mais precisamente, buscam nas reverberações do final do século 19 - onde ocorrem a abolição do trabalho escravizado e, no ano seguinte, a Proclamação da República - e o processo de metamorfose nas sociedades urbanas nos primeiros anos do século 20 - mais evidente no Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo - movimentações e deslocamentos que marcam o processo de segregação. Segundo os autores, o fim do trabalho escravo se originou, por um lado, de conflitos e revoltas e, por via institucional, pela lei Áurea, embora, também para estes autores, ela não garantisse cidadania aos egressos da escravização.

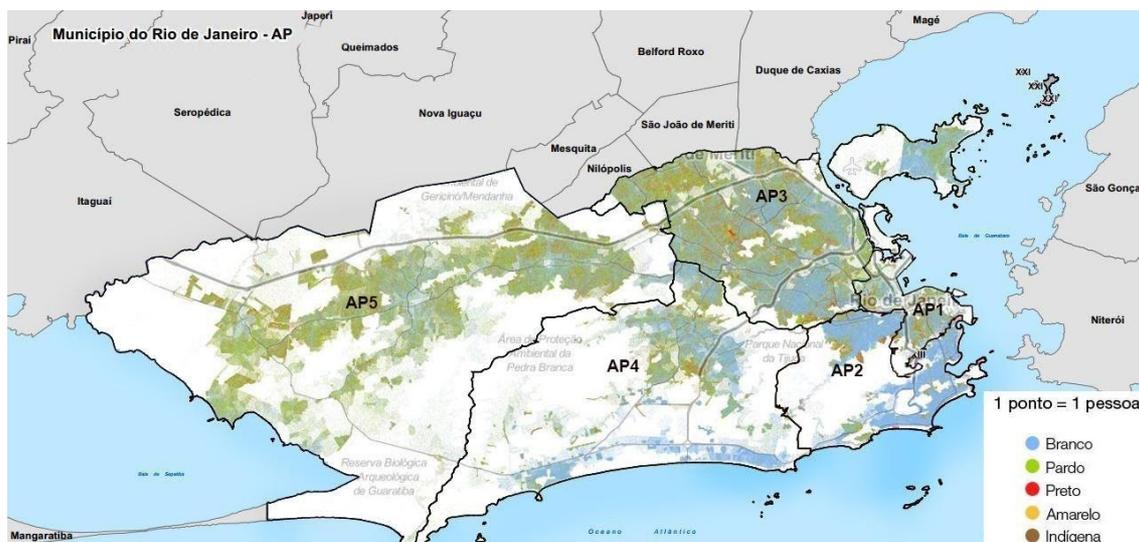
O acesso e as oportunidades do exercício à cidadania, como habitação, educação, mercado de trabalho, rendimento e saúde, em condições de dignidade plena (quantidade e qualidade), não se inscreveram de forma universal no território nacional, no entanto, para a população negra, o quadro foi mais dramático: nos últimos 126 anos, foram os primeiros a entrar no mercado de trabalho e os últimos a sair, exercem as atividades formais e informais de menor expressão socioeconômica e política, são a maioria nas habitações impróprias como as favelas, cortiços, palafitas e loteamentos irregulares, na história e nas últimas décadas, o cenário do homicídio revela que as principais vítimas são homens, pobres, jovens e negros (...) (OLIVEIRA & OLIVEIRA, 2015, p. 2)

O projeto do Porto Maravilha, no Rio de Janeiro, ilustra a manutenção do projeto de branqueamento do território no planejamento urbano da cidade. Desta vez, com seu caráter neoliberal para atender às “necessidades” da acumulação capitalista, o projeto para a zona portuária do Rio contrasta com o cenário demográfico da população da Pequena África (bairros de Santo Cristo, Gamboa e Praça Onze). Esse projeto fortalece o processo de segregação racial como ferramenta de manutenção de uma velha política de profilaxia eugenista.

Durante o século 20, a população negra e pobre removida do centro da cidade do Rio de Janeiro passa a ocupar periferias e subúrbios - encarecendo o custo de vida com o tempo e o valor gasto no transporte para os centros de trabalho - , e as encostas de morros próximos ao centro - ausentes políticas públicas de infraestrutura urbana. O século 21 expõe o processo de branqueamento do território no ciclo de remoções em função dos megaeventos que, na realidade, operam em função da acumulação do capital das elites e produzindo o que Abdias Nascimento (2016) conceituou de genocídio através de um projeto racista de sociedade em curso.

Outra implicação importante são as remoções ocorridas no Morro da Providência em detrimento do projeto Morar Carioca. A população - majoritariamente negra - da região, com o projeto de “revitalização” do Zona Portuária em curso, na década de 2010, a partir de políticas do Estado em ação conjunta com o capital através de Parcerias Público-Privada (PPP), foi posta em risco de remoção para dar lugar ao projeto urbanístico. Esse projeto é composto por uma série de

dispositivos de branqueamento imagético que, ao longo dos anos, foi posta em curso, conflitando com os interesses e proposições da população para a região.



**Figura 1.** Mapa da distribuição populacional por cor/raça nas Áreas de Planejamento do município do RJ (Fonte: Produção do autor com bases de dados do Instituto Pereira Passos e patadata.org)

O mapa na Figura 1 mostra a espacialização das pessoas por cor/raça na cidade do Rio de Janeiro a partir de dados censitários de 2010. Ou seja, marca a espacialização do território antes das remoções para a preparação da cidade para os megaeventos. A distribuição acompanha o método de 1 ponto para 1 pessoa, onde os pontos de cor azul referem-se a pessoas que se declaram brancas, os pontos verdes a pessoas que se declaram pardas, os pontos vermelhos a pessoas pretas, os pontos amarelos aos que se declaram amarelos e os pontos marrons a pessoas indígenas.

A partir dessa escala de observação, é possível observar o agrupamento de pessoas por raça e cor a partir de grandes manchas que acompanham o território. O mapa informa que pessoas negras (pretas e pardas) estão majoritariamente ocupando as regiões periféricas da cidade (AP3 e AP5, principalmente), enquanto pessoas brancas se agrupam massivamente nos bairros da Zona Sul da cidade e a Grande Tijuca (AP2) e os bairros litorâneos da AP4, como Barra da Tijuca e Recreio. Essa descrição geral, apesar de revelar cartograficamente as distinções dos espaços por raça na cidade, como indicado nas indicações no item anterior, não abrange toda a experiência de segregação a partir do critério racial na cidade do Rio de Janeiro. Como mencionado, a experiência da segregação ao longo do tempo produz um espaço fragmentado, onde é possível observar, em escalas mais aproximadas, outros padrões da segregação que abordarei em seguida.

Santos (et. Al, 2018) acionam o conceito de branqueamento do território para processos de um projeto de branqueamento populacional materializado nas dimensões espaciais e suas grafias. No espaço urbano e nas políticas específicas para o planejamento de cidade, o projeto de branqueamento se traduz em remoções e vulnerabilizarão do direito à moradia da população negra,

na condução e imposição a sua reterritorialização em zonas mais afastadas e marginalizadas.

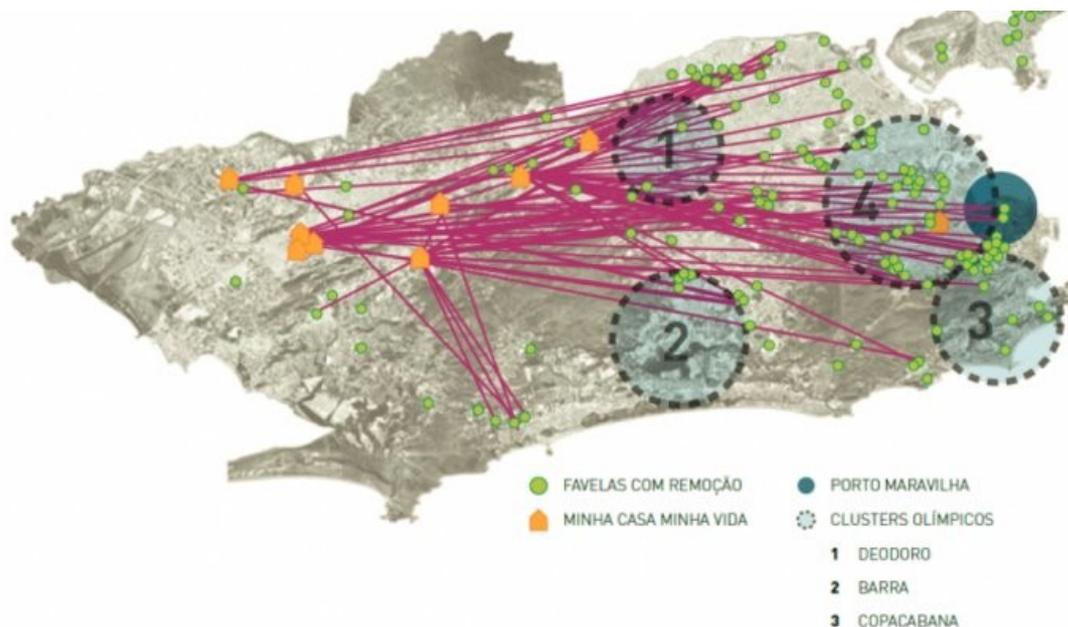
Ao processo de substituição da população, Santos et. Al (2018) atribuem ao branqueamento da ocupação do território, como uma das vertentes do processo de branqueamento expressos na dimensão espacial

(...) com a substituição de não-brancos (negros e indígenas) por brancos na composição populacional de porções do território (através de assentamentos de imigrantes, expulsão ou extermínio dos indesejados)” (SANTOS, et, al, 2018, p. 469).

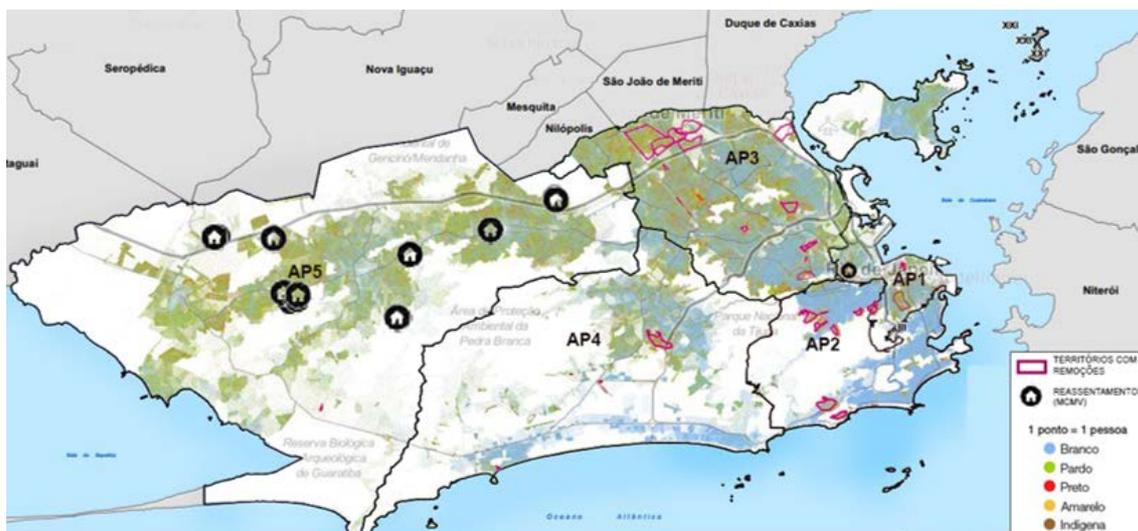
Esse processo de substituição da população se atualiza no século 21 através de uma sorte de políticas de planejamento de porções do território do Rio de Janeiro sob o discurso de modernização da cidade para sediar os megaeventos esportivos.

O branqueamento aparece, nessa leitura, como a diretriz da biopolítica racial hegemônica, que se territorializa constituindo um conjunto de dispositivos de poder materializados em políticas como assentamentos, expulsões e deslocamentos de populações, na produção de representações e controle dos regimes de visibilização e das leituras sobre tais processos, imposição de formas culturais de comportamento e relação sociedade-natureza, entre outros. [SANTOS et. Al, 2018, p. 472]

Nesse sentido, observando o mapa da figura 2 onde se relaciona as regiões (clusters) de interesse do mercado imobiliário, as remoções e os destinos das pessoas removidas (massivamente na AP5), percebe-se a continuidade do processo de branqueamento do território da cidade para esse marco temporal. Os reassentamentos ocorrem fundamentalmente em empreendimentos do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), nas regiões periféricas da cidade. O mapa da figura 3 transporta esses empreendimentos e regiões afetadas pelas remoções deste período com a base cartográfica racializada.



**Figura 2.** Mapa das remoções e seus deslocamentos para o Rio de Janeiro Olímpico (fonte: FAULHABER e AZEVEDO, 2015).



**Figura 3.** Mapa da distribuição populacional por cor/raça nas Áreas de Planejamento do município do RJ com destaque aos territórios removidos e os reassentamentos (Fonte: Produção do autor com bases de dados do Instituto Pereira Passos, patadata.org e FAULHABER e AZEVEDO, 2015)

Observando as remoções ocorridas principalmente nos bairros da Área de Planejamento 2 e 4, encontra-se um projeto de branqueamento já bastante desenvolvido. Favelas e comunidades inseridas nesses bairros, compostos majoritariamente por pessoas negras, parecem estar com maior risco de remoção e insegurança no seu direito à moradia. São espaços mais centrais, de infraestrutura mais próxima e acessível, onde o mercado imobiliário parece haver mais interesse e onde a proposta de uma cidade embranquecida parece fazer mais sentido.

Elaborando essa análise em uma escala mais aproximada, percebe-se, nas centralidades de maioria branca, núcleos de concentração de pessoas negras em suas franjas. Esses núcleos geralmente coincidem com territórios de favelas. Os espaços urbanos mais valorizados são compostos por maioria branca, enquanto a população negra sobrerrepresenta os espaços desvalorizados social e economicamente (figuras 4 e 5).



**Figura 4.** Mapa da distribuição populacional por cor/raça na Vila Autódromo antes das remoções (fonte: elaborado pelo autor com base de dados do patadata.org)

A figura 4 recorta o mapa da Vila Autódromo (Zona Oeste do Rio de Janeiro, na Área de Planejamento 4) antes das ações de remoção na comunidade. Inserida ao redor de grandes territórios de grande interesse do mercado imobiliário, a justificativa para a remoção da Vila Autódromo seguiu o discurso das remoções ocorridas nesse período: a preparação da cidade para os megaeventos esportivos (inserida no cluster 2). Na ocasião, houve grande embate entre a comunidade, que era contra a remoção, e o poder público, que dispendeu inclusive de forças violentas da segurança pública em ocasiões de resistência.



**Figura 5.** Mapa da distribuição populacional por cor/raça nas regiões da Zona Portuária e Grande Tijuca antes das remoções (fonte: elaborado pelo autor com base de dados do patadata.org)

Do mesmo modo, a figura 5 apresenta o mapa com recorte principalmente nas regiões da Zona Portuária/Pequena África e na Grande Tijuca (cluster 4). Nessas regiões observa-se uma grande massa de população branca nas centralidades

dessas regiões e favelas ao seu redor, com a população massivamente negra (preta e parda). Essas regiões, além dos confrontos cotidianos com a segurança pública do Estado, enfrentaram nesse período de preparação da cidade, uma série de remoções parciais ou totais. Nos casos das ocupações com despejo e as remoções no Morro da Providência na região da Pequena África, o discurso que deu legitimidade as ações fora o mesmo.

### **Considerações finais e caminhos futuros:**

Este trabalho objetivou colocar lentes racializadas sobre os processos de deslocamento urbano, as remoções e a segregação racial que fundamenta a estrutura colonial racista. Essa estrutura incide nos territórios onde o fator racial é o operador da divisão dos espaços da cidade. O processo de segregação estrutural em curso fragmenta o espaço da cidade no decorrer do tempo, ao longo da história urbana da cidade, fomentando um desenho urbano onde a infraestrutura qualificada, a segurança pública e outros recursos urbanos acompanha os espaços majoritariamente brancos, enquanto os espaços ocupados majoritariamente pela população negra se apresentam sempre em iminente risco.

Para os encaminhamentos dessa pesquisa, que segue seus esforços na dissertação de mestrado, uma análise da dinâmica desses territórios de origem e de destino das pessoas negras surge como continuidade da leitura do processo de segregação racial enquanto uma estrutura da dinâmica urbana moderna. Nesse processo, novas reflexões e inquietações podem surgir enquanto pilares relevantes para essa pesquisa.

### **Referências**

- FANON, Frantz. Os condenados da terra. 1ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- FAULHABER, Lucas; AZEVEDO, Lena. SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro Olímpico. 1ª edição. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.
- GONZÁLEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. Lugar de negro. 1ª edição. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. 3ª edição. São Paulo: perspectivas, 2016.
- OLIVEIRA, Reinaldo José de. OLIVEIRA, Regina Marques de Souza. Origens da segregação racial no Brasil. São Paulo, 2015.
- SILVA, Denise Ferreira da. Ninguém: direito, racialidade e violência. Meritum – Belo Horizonte – v. 9 – n. 1 – p. 67-117 – jan./jun. 2014.
- SOBRÉ, Muniz. O Terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira. 3ª edição. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.
- SANTOS, Renato Emerson dos. SILVA, K. S.; RIBEIRO, L. P; SILVA, N. C. Disputadas de lugar e a Pequena África no Centro do Rio de Janeiro: reação ou ação? Resistência ou r-existência e protagonismo? In: RENA, Natacha; FREITAS, Daniel; SÁ, Ana Isabel; BRANDÃO, Marcela (org.). *Anais do Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico*. 1ª edição. Belo Horizonte: Fluxos, 2018, v. 1, p. 464-491.
-